



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000134-22.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos**
 Exequente: **JOSÉ RODRIGUES DE JESUS**
 Executado: **PEDRO FLORES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Tomo a manifestação de fl. 20 como embargos à execução.

É certo que o embargado alicerça sua pretensão em contrato de locação, almejando à execução de valores relativos a aluguéis e despesas de água e energia elétrica não quitados pelo embargante.

Já este, ao ofertar os embargos, alegou que não pagou cinco aluguéis e não seis, como arguido pelo embargado, bem como que as despesas relativas ao consumo de água e energia elétrica não eram de sua responsabilidade.

Os argumentos trazidos à colação pelo embargante não merecem acolhimento.

Isso porque ele não apresentou sequer um indício de que o atraso no pagamento dos aluguéis abarcasse cinco meses, ao contrário do que foi exposto na petição inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

De igual modo, nada há nos autos a corroborar a assertiva de que a obrigação do pagamento das despesas de água e energia elétrica fosse do embargado.

Tocava ao embargante fazer prova de suas alegações, mas ele não se desincumbiu minimamente disso, além de deixar claro o seu desinteresse pelo alargamento da dilação probatória (fl. 20).

O quadro delineado firma a convicção de que o embargante não apresentou elementos sólidos que sobrepujassem os atributos inerentes ao título objeto da execução, os quais subsistem íntegros.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 23 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**